

Em resumo...

Multilaterais

Não há acordo *todavia para concluir a Rodada de Doha* e os sinais dados nesses meses apontam para a continuidade dessa situação. Os textos propostos pelos presidentes das negociações agrícolas e de bens não agrícolas não foram recebidos com agrado pelos principais países. As negociações continuam centradas nestes temas e pouco avançaram em questões como direitos de propriedade intelectual e nos temas de comércio de serviços, que também integram os objetivos de Doha.

Entretanto, os Estados Unidos e a União Européia continuam desdobrando uma política comercial agressiva, embora com contradições. No caso dos Estados Unidos, as negociações comerciais estão no eixo da discussão entre os congressistas democratas e os republicanos, para além do acordo realizado em Maio deste ano. Desta forma, os principais temas de discussão no congresso se referem à expiração do "fast track", assim como a futura expiração da Lei de Auxílio para Ajuste Comercial (TAA, em inglês) enquanto está em discussão a nova Lei Agrícola, que estabelece os subsídios para os produtores. Por sua vez, a União Européia dá continuidade às suas negociações com a CAN e aprofundou seus laços com o Brasil e com o MERCOSUL.

A América Latina

Na América do Sul continua a briga entre Brasil e Venezuela pela liderança da integração regional. No entanto, ambos os países ampliaram laços com o México. Desta forma, este país recebeu convites para fazer parte do MERCOSUL tanto por parte do Presidente da Argentina (com o consentimento de Chávez), como do Presidente do Brasil. O Presidente mexicano antecipou que estudará o ingresso do país ao bloco como membro associado.

Em meados de julho, a Comunidade Andina de Nações estabeleceu que os países não ficariam obrigados a cumprir com a Tarifa Externa Comum nem com o Sistema Andino de

Faixas de Preços Agrícolas. Se por um lado esta medida foi estabelecida de forma momentânea para o estudo de uma nova política tarifária comum, o bloco continua com as discrepâncias de seus membros e com as tensões que refletem suas diferentes estratégias de inserção internacional.

Por sua vez, a Venezuela insiste no seu ingresso ao MERCOSUL, ainda que, depois do ultimato lançado por Chávez, o Parlamento do Paraguai continue reticente. Durante os primeiros dias de agosto, o Presidente da Venezuela realizou uma viagem por alguns países da América do Sul, dos quais conseguiu apoio para as negociações sobre seu ingresso ao bloco. Nas suas visitas, Chávez realizou um conjunto de acordos sobre temas energéticos e uma nova compra da dívida pública argentina. No começo de setembro, surpreendeu manifestando sua intenção de retornar a CAN.

Atiram a pedra e escondem a mão (invisível?)

Os embaixadores encarregados das negociações agrícolas e não agrícolas apresentaram seus textos para consulta dos membros antes do recesso de agosto e em setembro começaram (novamente) as negociações.

Textos propostos

Os presidentes dos grupos de negociações sobre Produtos Agrícolas e sobre Produtos Não Agrícolas (NAMA, em inglês), Crawford Falconer e Stephenson respectivamente, apresentaram, no último 17 de julho, seus textos sobre as negociações. Tal como esclarece a própria OMC, nos textos apresentou-se o que se considera que os governos poderiam concordar sobre a base do que foi proposto e debatido nos mais de sete anos de negociações da Rodada de Doha.

Nem uma coisa...

O texto das negociações sobre produtos agrícolas, apresentado por Falconer, concebeu propostas nos principais temas da negociação: Ajuda Global Interna Causadora de Distorções no Comércio (OTDS, em inglês), reduções tarifárias flexibilidade com os chamados produtos sensíveis e produtos especiais. No que se refere aos subsídios, apresentou-se a redução dos mesmos por parte dos Estados Unidos em direção à categoria de 13 a 16,4 milhões de dólares. Embora esta proposta esteja abaixo da quantia de 22,5 bilhões, pretendidos por Washington, é maior do que os 12 bilhões de dólares que reclamava o G-20. O texto propõe reduções a uma categoria de 66 a 73% para as tarifas agrícolas iguais ou superiores a 75% e uma classificação em faixas das tarifas menores a 75%, cada uma com sua correspondente porcentagem de redução. Neste tema, a proposta foi mais próxima ao sugerido pelo G-20 e mais afastada da americana, que propunha um maior corte, e da União Européia, que pretendia realizar menores cortes. Em terceiro lugar, se propôs que os

produtos sensíveis abrangessem entre 4 e 6% das linhas tarifárias; não se avançou na forma de determinar as novas quotas de importação que os países deverão estabelecer como compensação pelas menores reduções nestes produtos. Esta proposta referente aos produtos sensíveis contemplou uma porcentagem intermediária entre as mais elevadas colocadas pela UE e o Japão e a porcentagem de 1% formulada pelo Grupo de Cairns, o G-20 e os Estados Unidos. Por último, quanto aos produtos especiais, o texto não apresenta nenhuma proposta concretamente. As posições neste tema se afastaram já que os Estados Unidos, entre outros países exportadores de produtos agrícolas, visualizam isto como uma ameaça ao acesso aos mercados dos países em desenvolvimento.

Nem outra...

O texto sobre as negociações de produtos não agrícolas propõe uma redução baseada em uma "fórmula suíça" que se aplicaria com coeficientes ao redor de 8 e 9% para os países desenvolvidos e 19 e 23% para os países em desenvolvimento. De acordo com esta fórmula, os produtos com tarifas mais elevadas são os que apresentarão o maior corte e seus coeficientes representam as tarifas máximas permitidas. De acordo com Stephenson, uma vez aplicada esta fórmula, os países desenvolvidos terão em média tarifas consolidadas menores do que 3%. No entanto, esta fórmula também obrigaria aos países em desenvolvimento a realizar significativos cortes nas suas tarifas. Neste sentido, o Brasil deveria realizar reduções na metade das linhas tarifárias, enquanto que a Índia deveria fazê-lo em uma porcentagem ainda maior. Apesar disto,

os Estados Unidos e a UE pretendiam que fossem estabelecidos coeficientes menores para os países em desenvolvimento para alcançar um acesso real a esses mercados. O texto de Stephenson reflete uma solução intermediária, tal como fora proposta por um grupo de países com nível de industrialização média, com objetivo de

ganhar mercados de exportação, e com relativamente baixas tarifas efetivas, já que realizaram um conjunto de acordos de livre comércio (como por exemplo TLCs). Entre estes países está o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, o México e os países de recente industrialização da Ásia.

Gênero e Economia

As políticas econômicas se baseiam em certos pressupostos sobre as mulheres, os homens e seus respectivos papéis na economia. Por isso seu impacto não é neutro no que se refere a gênero. As consequências do comércio seriam diferentes para mulheres ou homens pelo menos por três razões: 1) Em primeiro lugar, porque grande parte do trabalho realizado pelas mulheres não é remunerado e não é reconhecido; 2) Em segundo lugar, uma parte muito importante do trabalho feminino não se traduz em um emprego formal, trata-se de emprego em empresas de pequena escala e em grande medida carentes de cobertura social ou proteção (nem da lei nem dos sindicatos); 3) Em terceiro lugar, o mundo do trabalho remunerado, tanto no âmbito formal como no informal, é altamente discriminatório: o masculino se associa com as maquinarias e a tecnologia, e o feminino com o doméstico e a área de serviços. O trabalho remunerado realizado pelas mulheres é visto como de menor valor, em relação ao realizado pelos homens. A remuneração feminina continua sendo menor e há tanto uma menor cobertura da segurança social, como menos oportunidades.

* Espino, A & Azar, P (2002): Comércio Internacional e Eqüidade de Gênero, Volume 1, LAGTN.

Dever cumprido?

Os textos de Agricultura e de NAMA geraram fortes repercussões. O governo dos Estados Unidos criticou duramente os mesmos, especialmente o de NAMA, já que segundo sua visão, não melhora o acesso de seus bens industriais aos mercados internacionais. Por outro lado, os governos do Brasil, da Índia e de outros países em desenvolvimento se mostraram desconformes com o texto sobre NAMA, embora tenham parecido satisfeitos com o de agricultura. Diante destas críticas, o Embaixador Stephenson, expressou: "tinha entendido que este trabalho devia apresentar desafios para todos. Bom, isso é o que fiz". Por sua parte, o México expressou sua conformidade geral com as propostas, expressando que é um

excelente ponto de partida para continuar trabalhando.

Tarefa domiciliar

O Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, ao inaugurar a reunião do Comitê de Negociações Comerciais, em 26 de julho, convocou os países a discutir e negociar bilateralmente durante o recesso de verão no mês de agosto, com base nos textos apresentados para as negociações agrícolas e não agrícolas. Nas palavras de Lamy, "se evidenciaram progressos nos últimos meses, em algumas áreas em termos absolutos, e em outras em termos de identificação de temas cruciais". Além disso, o Diretor aproveitou para frisar que as negociações deverão cobrir também os

outros temas do mandato de Doha, e não somente os temas dos bens agrícolas e não agrícolas, onde os países centraram a discussão. Neste sentido, Lamy disse que "é necessário que alcancemos um considerável progresso em outras áreas de negociação, em sintonia com os lineamentos da Rodada de Doha. Esta é a única via para obter resultados ambiciosos, balanceados e orientados ao desenvolvimento".

Estender ou entender

Depois do retorno às negociações em Setembro, os membros da OMC contam com tempos reduzidos. As probabilidades de alcançar um acordo

durante 2008 são muito pequenas, já que nesse ano se realizarão eleições nos Estados Unidos. Desta forma, o acordo deveria ser concretizado antes do final de 2007 ou do contrário não se realizaria até 2009. Para Pascal Lamy, os países deverão fazer maiores concessões do que as feitas atualmente, embora considere que existe o apoio político para concluir as negociações este ano. Neste marco de tempos escassos, os Estados Unidos parece dar algum sinal para o acordo. No entanto, as posições dos países parecem estar mobilizadas ainda a um ritmo menor do que se demandaria para alcançar um acordo este ano.

Ajuda para o Comércio

Nos dias 13 e 14 de setembro realizou-se em Lima uma reunião sobre Ajuda para o Comércio, no marco do programa lançado pela OMC em 2005. Este programa tenta ajudar a construir capacidades para que os países em desenvolvimento possam impulsionar seu setor exportador. Para esta reunião, da qual participaram os negociadores dos países e o próprio Pascal Lamy, foram convidadas um conjunto de organizações sociais, entre elas a IGTN. Na abertura, Lamy destacou que o programa Ajuda para o Comércio não é parte das negociações da Rodada de Doha. No seu ponto de vista, o programa não é um substituto, mas sim um complemento de um conjunto de melhores regras para o sistema de comércio internacional.

Entre a Espada... e o Espelho

O governo dos Estados Unidos negocia acordos de livre comércio com países latino-americanos, e também negocia internamente. A Europa negocia com a CAN e com o MERCOSUL.

Os EUA: Pela via lenta

A Lei de Promoção do Comércio (TPA, sigla em inglês, também conhecida como "fast track") perdeu sua vigência no dia 1 de julho. Desta forma, quando os acordos comerciais chegarem ao Congresso, os congressistas poderão "abrir" os mesmos e discutir seus conteúdos um por um. No entanto, é importante esclarecer que a vigência da autoridade de "fast track" é necessária no momento da aprovação dos acordos por parte do Congresso e não no

momento da negociação o que faz com que os congressistas Republicanos continuem interessados na sua sanção. Além disto, no momento da realização do Acordo Bipartite de Política Comercial (ABPC), de 10 de maio deste ano, os Democratas deixaram claro que o TPA não representava uma prioridade para eles. De acordo com alguns analistas, os Democratas não estão de acordo com a orientação que seguiram as políticas comerciais, fundamentalmente pelas repercussões que geram sobre os trabalhadores de

ramos industriais que se mudariam para a países onde os salários são mais baixos e com piores condições trabalhistas. Ainda assim, o debate no Congresso se desenvolve em vários temas ao mesmo tempo, já que os Republicanos utilizaram a Lei que permite as compensações a trabalhadores pelas conseqüências que lhes implica a liberalização comercial (Lei TAA, sigla em inglês), como arma para a negociação com os Democratas pela renovação do "fast track". Além disso, se encontra em discussão a Lei Agrícola, que tem conseqüências diretas sobre as negociações comerciais já que estabelece os limites dos subsídios que pode outorgar o governo.

EUA: Não... mas sim, mas não

No dia 3 de julho ratificou-se a ampliação da Lei ATPDEA (Lei de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas), que permite o ingresso de um conjunto de produtos da Bolívia, Peru, Colômbia e Equador nos Estados Unidos sem mediar o pagamento de tarifas, com a finalidade de reconverter os trabalhadores das atividades vinculadas com o tráfico de drogas. Esta nova Lei estendeu a vigência do programa por oito meses, até fevereiro de 2008. No Congresso dos Estados Unidos as negociações para a ampliação do prazo apresentavam aos Democratas promovendo a extensão por um período de dois anos, enquanto os Republicanos queriam estendê-lo somente por seis meses, o que se vincularia à assinatura dos TLCs com a Colômbia e o Peru. Neste sentido, o governo do Peru manifestou seu interesse de que no mesmo projeto de Lei do TLC, enviado ao Congresso dos Estados Unidos, se incluía uma cláusula que estabeleça a prorrogação do programa da ATPDEA até que o NAFTA se encontre vigente. Por sua vez, o presidente do Equador, Rafael Correa, instruiu à chancelaria desse país para que "não implore" aos Estados Unidos por uma nova prorrogação da Lei e anunciou que, em caso de não renovação, o

governo do Equador se encarregaria dos 50 milhões de dólares anuais, que estimou, custaria não contar com esse benefício. Por sua vez, a Bolívia iniciaria gestões para uma nova renovação da lei, buscando que o prazo da renovação seja maior, para o qual conta com a adesão de alguns congressistas democratas.

EUA: TL Dirigidos

No último dia 2 de julho, os Estados Unidos assinou um TLC com o Panamá, que para entrar em vigência deverá ser aprovado pelos parlamentos de ambos países. Caso seja ratificado, 88% dos bens industriais norte-americanos ingressariam no Panamá com tarifa zero. Entretanto, a ratificação por parte do Congresso dos Estados Unidos será complexa já que se enquadra na discussão sobre política comercial entre os Democratas e os Republicanos, e as ratificações pendentes dos acordos assinados anteriormente com a Colômbia e o Peru. No que se refere ao tratado com o Peru, as negociações sobre alguns aspectos do TLC, que foram reclamados pelos congressistas democratas, incluíram a legislação sobre dois contratos a prazo fixo e a prestação de serviços por empresas externas (*outsourcing*). Por outro lado, e relativo aos direitos dos trabalhadores, foram tratados os direitos de greve e de proteção da atividade sindical. O TLC seria aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos quando houver um acordo nestes temas trabalhistas, que adequariam a legislação trabalhista às disposições requeridas pelo TLC. Por sua vez, a ratificação no caso da Colômbia continua sendo mais complicada. Neste marco, e sob o compromisso do Presidente Bush de alcançar um acordo que permita a aprovação por parte do Congresso, o parlamento continua discutindo o protocolo que introduz as modificações exigidas pelos Democratas para sua aprovação, enquanto são realizadas as visitas de congressistas norte-americanos à Colômbia.

Lei de Ajuda para o Ajuste Comercial (TAA)

A Lei de Ajuda de Ajuste Comercial (TAA, sigla em inglês) foi votada pela primeira vez na década de sessenta, como forma de proteger as trabalhadoras e os trabalhadores durante o período de ajuste originado a partir das negociações comerciais. Desta forma, significa o reconhecimento de que as políticas de maior abertura geram perdas de emprego e que as trabalhadoras e os trabalhadores devem ser "assistidos" enquanto dura esse processo. Por outro lado, do ponto de vista das negociações comerciais, é um mecanismo que permite levar adiante as políticas de abertura com uma menor resistência por parte dos trabalhadores.

No final de Julho, um congressista democrata e uma senadora republicana (Max Baucus e Olímpia Snowe respectivamente) enviaram para consideração do Congresso uma proposta de Lei de Ajuda de Ajuste Comercial, já que a Lei anterior de 2002 expirará em 30 de setembro deste ano. A principal modificação desta proposta é a inclusão dentro dos possíveis beneficiários de trabalhadores do setor de serviços. Enquanto a Lei de 2002 estabelece que só podem ser beneficiários aqueles trabalhadores do setor manufatureiro (que produzem um bem físico), o projeto de lei amplia os possíveis beneficiários até os trabalhadores do setor de serviços, como por exemplo, aqueles que trabalham no setor de engenharia de sistemas e em centros de telemarketing (*call-centers*).

De acordo com alguns analistas, as propostas de aumento da cobertura da Lei de Ajuda de Ajuste Comercial (TAA), provêm do medo que os norte-americanos, particularmente os Democratas, sentem frente aos Tratados de Livre Comércio e a agressiva política comercial norte-americana. Os Republicanos tentarão negociar a ampliação dos benefícios desta lei conjuntamente com a Lei de Autoridade para a Promoção Comercial (TPA, sigla em inglês, conhecida como "fast track")

EUA: referendun na Costa Rica

Na Costa Rica continua a campanha para o referendo que vai por fim à discussão sobre a ratificação ou não do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e a República Dominicana (US-DR-CAFTA, sigla em inglês). A Costa Rica é atualmente o único país que não colocou em vigência o CAFTA, que gera uma Área de Livre Comércio entre Estados Unidos, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Em 7 de outubro, dia no qual se realizará a consulta pública, se determinará a ratificação ou não por parte da Costa Rica. O plebiscito é o resultado da incidência da campanha contra o TLC, que em fevereiro deste ano teve seu ponto máximo em uma

multitudinária marcha na capital desse país. A data limite que a Costa Rica teria para colocar em vigência o US-DR-CAFTA é no dia 1 de março de 2008, devido ao fato de que o próprio US-DR-CAFTA estabelece que os países têm um prazo para colocá-lo em vigência de até dois anos depois que os Estados Unidos e um país centro-americano o faça.

UE: com a CAN

A Comunidade Andina de Nações continua dialogando com a União a Europa (UE) para estabelecer um Acordo de Associação entre os países dos blocos. Após uma reunião entre os representantes da UE e os países da CAN em meados de julho, foi fixado que a primeira rodada de negociações será realizada na Colômbia entre 17 e 21 de

setembro. Em dita reunião se determinou, além disso, a agenda de temas que serão discutidos no aspecto comercial do Acordo de Associação. Incluíram-se entre outros: tarifas e temáticas alfandegárias relacionadas com os obstáculos técnicos ao comércio (entre eles barreiras sanitárias), agricultura, regras de origem, instrumentos de defesa comercial, comércio de serviços, regulação do investimento estrangeiro e solução de diferenças entre investidores e Estados. Neste sentido, os Acordos de Associação que a UE assina com os países, dado os temas que abrangem, se assemelham na sua parte comercial aos TLCs que os Estados Unidos negocia. Cabe lembrar que para estas negociações, a CAN aprovou a decisão 667 que permite a cada país negociar diferentes temas e alcances na negociação com a União Européia.

UE: Brasil e o MERCOSUL

A princípios de julho se realizou uma cúpula entre o Brasil e a UE que terminou

HETEROGENEIDADE ANDINA

Na Comunidade Andina de Nações as coisas continuam agitadas. Parece que sairão, mas...?

Liberdade, liberdade, sem ira liberdade.

No último dia 13 de julho, a Comunidade Andina de Nações (CAN) aprovou uma resolução pela qual, a partir de 1 de agosto de 2007, os países não ficam obrigados a aplicar a Tarifa Externa Comum (TEC) definida pelo bloco, nem tampouco o Sistema Andino de Faixas de Preços (SAFP) para produtos agropecuários. A própria Decisão 669, determinou que os sócios devem se consultar no momento de alterar suas tarifas e gerou uma comissão para estudar as possíveis políticas tarifárias dos

com a assinatura de um Acordo de Cooperação entre ambos. Previamente, a UE estabeleceu estes acordos com países de importância estratégica em nível internacional, tais como a China ou a Rússia. As principais potencialidades de cooperação se situaram no âmbito dos biocombustíveis, no qual a Europa buscaria aprender com a experiência brasileira com o etanol. No entanto, esta aproximação entre Bruxelas e Brasília também se vincula às intenções da UE de restabelecer as negociações com o MERCOSUL e alcançar um acordo que vem sendo negociado há anos. A princípios de setembro, o Presidente Lula fez uma viagem pela Europa, na qual tentou avançar nas questões dos biocombustíveis, e também na do investimento estrangeiro em infraestrutura e em aspectos relacionados ao turismo. Na mesma linha, o Presidente Pro-Tempore do MERCOSUL, o governante uruguaio Tabaré Vázquez, iniciou em 17 de setembro uma viagem pela Europa para estreitar as relações entre os blocos e analisar como as negociações podem continuar.

países. Espera-se que esta comissão elabore critérios que permitam ter, no início de 2008, uma política comercial comum. Neste marco, o governo do Equador propõe modificar seu sistema tarifário com a finalidade de favorecer a produção nacional, em particular a de maior valor agregado, fomentar o emprego e a arrecadação fiscal, taxando os bens de consumo santuário. Estas idéias foram recebidas com preocupação pela Colômbia, já que o mercado equatoriano representa um importante destino para suas exportações e a mudança nas tarifas

poderia prejudicá-las. No caso da Bolívia, teme-se que a decisão das tarifas dos países membros da CAN prejudique as exportações de oleaginosos, fundamentalmente soja, e de produtos lácteos.

A Colômbia põe o olho (e a bala) na América Central

A princípios de agosto, a Colômbia assinou tratados de livre comércio com a Guatemala, Honduras e El Salvador. Se bem estes tratados foram negociados de forma independente pela Colômbia com cada país, os mesmos apresentam, em termos gerais, várias similitudes. O principal incentivo da Colômbia para a assinatura dos acordos é que os mesmos poderiam oferecer oportunidades de exportação para suas pequenas e médias empresas. No entanto, a eficácia dos tratados foi questionada tanto por aqueles que não crêem nos TLCs, como por aqueles que professam sua fé nos mesmos. Os últimos criticam os prolongados períodos para a vigência das reduções tarifárias e a importante porcentagem de produtos que ficaria fora (25% no caso de bens industriais e 28% no caso dos agropecuários). Neste sentido, alguns analistas pensam que as possibilidades de incluir estes bens são muito reduzidas já que as indústrias dos países centro-americanos, devido ao seu menor desenvolvimento relativo, se veriam fortemente prejudicadas na concorrência com as Colombianas.

A roda, roda...

As negociações entre a CAN e a EFTA (Associação Européia de Livre Comércio formada pela Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), para a assinatura de um TLC continuaram em agosto. Tal como foi exposto na edição anterior deste boletim, os acordos com a EFTA são especiais já que não se estabelecem as mesmas condições para cada um dos

membros, mas sim estes negociam suas inter-relações de forma separada. De qualquer modo, o principal interesse que os países do CAN têm é que a assinatura do acordo permita atrair investimento estrangeiro direto para os setores exportadores que incorporam maior valor agregado. As negociações, realizadas em três rodadas, serão finalizadas durante o mês de outubro na cidade de Genebra.

...volta sem ser chamado?

Sem dúvida nenhuma, a notícia mais importante que a CAN recebeu no último ano foi o possível retorno da Venezuela ao bloco, após sua decisão de abandoná-lo em abril de 2006. No final do mês de agosto, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, se reuniu na Colômbia com seu par Álvaro Uribe dando lugar a um conjunto de acordos (entre os quais se destaca o gasoduto Transandino) e notificando sua intenção de retornar ao bloco. Se bem os presidentes dos países do bloco receberam a notícia com satisfação (assim como o secretário-Geral do CAN, Freddy Elhers) o reingresso da Venezuela pressupõe uma adaptação do regulamento do bloco já que não estabelece condições para o reingresso de um sócio. Além disso, para sua reincorporação, a Venezuela estaria interessada em mudar algumas coisas do funcionamento da CAN. Neste sentido, se buscaria um maior desenvolvimento da integração energética do bloco, uma maior ênfase nas questões sociais e na liberdade para ficar de fora das negociações com os Estados Unidos e com a União Européia. Desta forma, especulou-se que o reingresso da Venezuela poderia ser feito sob a condição de país associado, já que para ingressar como membro pleno deveria aceitar a hierarquia supranacional do Sistema Andino de resoluções políticas e judiciais.

MERCOSUL

Apesar do parlamento do Paraguai, a Venezuela quer insistir no seu ingresso ao MERCOSUL. Brasil, Argentina e Venezuela vão por uma aproximação ao México.

O que se vai sem que o expulsem...

A princípios de julho, o Congresso do Paraguai informou que não aprovará no prazo de três meses o ingresso da Venezuela ao MERCOSUL. Esta afirmação do senado vem como um sinal das declarações feitas pelo Presidente da Venezuela. Depois das demoras na aprovação do ingresso da Venezuela ao bloco por parte dos parlamentos do Paraguai e do Brasil, Chávez declarou que só lhe interessava ingressar em um MERCOSUL diferente e que se o ingresso não se concretizasse em menos de três meses, ele mesmo retiraria a solicitação de ingresso. Neste sentido, o vice-presidente da comissão de relações exteriores do Senado do Paraguai, Juan Carlos Ramírez, declarou que o parlamento ia tomar todo “o tempo que achemos necessário e não três meses como nos condiciona Chávez, com uma suposta urgência que só ele tem”.

O caso do México: Argentina

Na sua visita ao México, no final de Julho e a princípios de agosto, o presidente da Argentina, Néstor Kirchner e sua esposa Cristina Fernández (candidata à presidência) manifestaram sua intenção de que o México se aproxime ao MERCOSUL. Nos seus discursos, o presidente argentino reconheceu que o processo será lento devido aos compromissos que o México mantém com os países com os quais integra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). No entanto, manifestou que o ingresso do México ao MERCOSUL seria uma grande notícia para o bloco, inclusive para países como a Venezuela, cujo governo sustentou relações conflituosas com o

México. Por sua vez, o Presidente do México, Felipe Calderón disse que a aproximação com os países da América Latina é importante para o México, mesmo sendo menos eufórico em suas opiniões. Durante a visita de Kirchner ambos países assinaram um Acordo de Associação Estratégica. Este acordo tenta fortalecer as relações políticas, econômicas e de cooperação entre ambos países. Na sua estadia, o Presidente Kirchner também analisou o aumento dos investimentos mexicanos na Argentina, incitando a chegada de novos investimentos. A ideia de que o México se integre ao MERCOSUL gerou alguns incômodos na Argentina. Neste sentido, o ex Ministro de Economia de Kirchner e candidato presidencial Roberto Lavagna, criticou duramente estas declarações e disse que o ingresso do México ao MERCOSUL seria um erro estratégico maior ainda do que o ingresso da Venezuela.

“Mexicanada”

No começo de agosto, o Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, fez uma viagem “relâmpago” pela América Central e México. Durante a mesma, Lula convidou o México a reforçar o processo de integração da América Latina e reiterou o oferecimento, já feito por Kirchner, para que o México ingressasse ao MERCOSUL. O presidente do Brasil instou ao seu par mexicano a realizar acordos entre os países especialmente nas áreas energéticas. Estes poderiam ser realizados na área petrolífera através das empresas de cada país, PETROBRÁS e PEMEX, no caso do Brasil e do México respectivamente. Os acordos energéticos também poderiam ser feitos no campo dos biocombustíveis. Nas suas declarações, Lula disse que há

oportunidades esplêndidas para que empresas de ambos países se associem e trabalhem juntas, destacando que o que faz falta é ter menos medo para transformar-se em empresas transnacionais. Durante a visita de Lula, o governo do México anunciou que estudará o ingresso no MERCOSUL como membro associado. Frente às controvérsias ocasionadas pela possível abertura do mercado agrícola mexicano para os países do MERCOSUL (no marco da pertinência do México ao NAFTA), os porta-vozes mexicanos responderam que o tema agrícola será tão só um a mais para analisar.

Um pacto para viver

De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para o Fortalecimento das Mulheres (INSTRAW), 54% dos que emigram da América Latina são mulheres. Esta cifra é maior do que a média mundial, na qual a participação das mulheres chega a 48%. Este comportamento seria o resultado de um acordo familiar, no qual as latino-americanas são demandadas pelos países desenvolvidos para as atividades de cuidado (tanto em hospitais como no serviço doméstico) e reenviariam as remessas a seus países de origem. De acordo com Carmen Moreno, diretora do INSTRAW, "estabeleceu-se uma obrigação suplementar para as mulheres, que seguem sendo as responsáveis pelo cuidado, saúde, educação e agora, além disso, emigram como provedoras econômicas".

A Dívida E(x)terna Suave?

Enquanto Lula fazia uma viagem pelo Norte da América Latina, Chávez fazia outra surpreendente que incluiu Argentina, Bolívia, Equador e Uruguai. A principal motivação que conduziu o

Presidente Chávez à Argentina foi a compra, por parte da Venezuela, de uma emissão de dívida por 1 bilhão de dólares. No seu discurso na Argentina, Chávez assegurou que está trabalhando para uma aproximação com o México, e que já houve reuniões entre os chanceleres para recompor as relações. Estas foram afetadas a partir do enfrentamento entre Chávez e o então presidente do México, Vicente Fox, durante a Cúpula de Mar del Plata, em 2005, na qual, segundo Chávez, a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi "assassinada". Durante esta visita, Kirchner insistiu sobre o ingresso do México ao MERCOSUL, proposta frente à qual o presidente da Venezuela mostrou sua conformidade.

Uma passadinha pelo Uruguai

No Uruguai, o presidente Chávez tentou reconstruir as relações com o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, depois do desentendimento a propósito da visita do presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao Uruguai. Durante a estadia de 20 horas de Chávez no Uruguai, estes países acordaram a assinatura de um tratado mediante o qual a Venezuela se comprometerá a fornecer a energia que o Uruguai precise, nas palavras de Chávez, pelo "que resta do século". Por sua vez, Vázquez se comprometeu a fazer negociações que permitam viabilizar o ingresso da Venezuela ao MERCOSUL.

O Mercosul: comissões e temas polêmicos

A princípios de setembro, durante a V Sessão do Parlamento do MERCOSUL (Parlasur) se instalaram as comissões de trabalho, com a designação de seus presidentes e vice-presidentes. As comissões tratam sobre diversos aspectos: assuntos jurídicos, econômicos, desenvolvimento, soberania e também regulamentações e orçamento interno

do órgão. Sobrevoaram a reunião – sem chegar a uma discussão formal - temas como o conflito entre a Argentina e o Uruguai pela instalação de plantas de

celulose e a discussão sobre a liberdade de expressão na Venezuela e sua relação com o fechamento de meios de comunicação.

Bônus do Sul: a Venezuela e a Dívida Externa argentina

A Venezuela foi um dos principais financiadores externos da Argentina, ao comprar dívida pública deste país. Além disso, a importância da Venezuela na dívida externa argentina se constata também nas emissões conjuntas de ambos países de “Bônus do Sul”. Estes Bônus - compostos por um título argentino e um título venezuelano - foram colocados na sua primeira edição, em novembro de 2006, por uma quantia de 1 bilhão de dólares e na sua segunda edição, em fevereiro de 2007, por 500 milhões de dólares. Em meados de agosto, a Argentina e a Venezuela planejavam colocar o Bônus do Sul III, entretanto, as convulsões nas bolsas de valores fizeram as autoridades esperar um pouco. O Bônus do Sul III, por uma quantia de 1,5 bilhões de dólares (500 em bônus argentinos e 1000 em bônus venezuelanos) será relançado a fins de setembro.

UNASUL e/ou ALBA e/ou Mundo

Avança lentamente, mas....? Enquanto a UNASUL continua negociando seu acordo constitutivo, a Venezuela continua fazendo acordos com as nações da ALBA e o Irã solicita se juntar a esta Alternativa.

UNASUL com sede

Os dez países que integram a UNASUL continuaram em negociações para chegar a acordo que constitua formalmente o bloco. O principal tema a ser solucionado é a forma pela qual se dará a interação entre o MERCOSUL e a CAN, já que a maioria dos países que conformam a UNASUL pertence a um ou a outro bloco. Ademais, a Guiana e o Suriname - que também integrariam o bloco - devem conciliar seus compromissos com os já assumidos já que também pertencem à Comunidade do Caribe (CARICOM). Enquanto isso, no começo de agosto, foram designados 10 milhões de dólares para a construção da primeira fase de um Parlamento Permanente da UNASUL na cidade de Cochabamba, que será a sede deste bloco.

O Equador estuda o ingresso a ALBA

O Presidente do Equador, Rafael Correa, no começo de agosto fez pública sua intenção de ingressar à Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA). Naquela época, Correa manifestou que no caso de que Chávez e a Venezuela reingressassem à CAN, o Equador ingressaria automaticamente à ALBA. Neste sentido, o Presidente do Equador declarou: “conversamos com o Presidente Chávez e lhe dissemos: você retorna à CAN e com muito prazer em seguida entraremos na Alba”. Para além disso, Correa esclareceu que seu país já está estudando o possível ingresso ao bloco. Desta forma, e depois das negociações para o reingresso da Venezuela à CAN, a possibilidade do Equador ingressar na ALBA é ainda maior.

Cumpridas as promessas

Durante a visita que o Presidente Chávez fez à Bolívia, a princípios de agosto, ficou fixado o compromisso para a criação de PETROANDINA S.A, que seria uma companhia mista formada pelas empresas PEDEVESA e YPFB, empresas venezuelana e boliviana respectivamente. A idéia é que esta empresa consiga avançar no processamento de petróleo na Bolívia, para que este país deixe de exportar a matéria-prima sem processamento. De acordo com as primeiras estimativas, o investimento conjunto nesta empresa será de aproximadamente 600 milhões de dólares. Este compromisso foi ratificado no dia 9 de setembro quando

os governos da Venezuela e da Bolívia assinaram quatro cartas de intenção para desenvolver os acordos na área petroquímica, mas também nas áreas de cimento, siderúrgica e na área florestal.

Bolívar e Martí... e o Irã

A República Islâmica do Irã, solicitou sua incorporação a ALBA como membro observador. O anúncio foi feito após uma reunião dos chanceleres dos países do bloco com o Ministro de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã, Manoucherh Mottakki. Desta forma, o Irã se transformará no primeiro país não latino-americano a participar da Alternativa Bolivariana para Nossa América (ALBA).

Editor Responsável: Sebastián Fleitas, boletinigt@adinet.com.uy. Este boletim é elaborado pelo Capítulo Latino-americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio, com o apoio da UNIFEM. As notícias surgem de notas de imprensa de meios locais e internacionais, entre outras: Resumo de Imprensa da OXFAM e Boletim Pontes de ICTSD

A versão do original em espanhol foi feita por Vivian Costa do Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global, Ponto Focal da IGTN Brasil.

Glossário

Acordo de Associação (UE): Acordos de Livre Comércio entre a União Europeia e um sócio comercial ou região, que da mesma forma que os TLC, inclui outros temas de negociação como compras públicas, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

Tarifa Externa Comum (AEC): Tarifas alfandegárias que um conjunto de países adota para efeito de taxar as importações de bens e serviços originários de outros países.

G8: Nome pelo qual é conhecido o grupo integrado pela França, Reino Unido, Itália, Alemanha, Japão, Rússia, Estados Unidos e Canadá. Estes países são os mais industrializados do mundo e representam aproximadamente 65% do PIB mundial.

G20: É o nome do grupo formado por aproximadamente 20 países, que centra seu interesse na eliminação dos subsídios agrícolas, fundamentalmente os realizados pelos Estados Unidos e a União Europeia, que prejudicam os países exportadores destes produtos. A busca por um maior comércio em temas agrícolas está dentro dos que são conhecidos como interesses "ofensivos".

G33: Nome pelo qual é conhecido um grupo de mais de 40 países com particular interesse nos efeitos que a liberalização comercial tenha sobre os agricultores, ou seja com interesses do tipo "defensivo".

Linha Tarifária: Representa uma "linha" dentro dos códigos tarifários dos países. Por exemplo, representa um "item" de 10 dígitos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, no caso deste bloco.

Mecanismo de Autoridade para a Promoção Comercial (TPA, em inglês,

conhecido também como "fast track"):

Mecanismo pelo qual o Senado dos Estados Unidos concede ao Poder Executivo a faculdade de realizar as negociações comerciais, reservando-se o direito de votar as mesmas somente na "pasta fechada", ou seja aprovando ou reprovando a totalidade das negociações.

Sistema Andino de Faixas de Preços: O SAEP é um mecanismo de estabilização dos preços internacionais que tem como finalidade atenuar o efeito das variações bruscas dos preços internacionais no mercado doméstico.

Organização Mundial do Comércio: A Organização Mundial do Comércio (OMC) é a organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Foi fundada no ano de 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no âmbito do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos.

Subsídios: Podem ser diretos ou indiretos. Os primeiros consistem em um pagamento realizado aos produtores nacionais que vendem ao estrangeiro. Os segundos atuam através da devolução de tarifas sobre insumos importados, condicionada a certas metas de exportação, produção ou emprego que constituem incentivos à exportação. Em ambos casos, o efeito é melhorar os preços que recebem os produtores e a colocação desses produtos.

Tratados de Livre Comércio (TLC):

acordos entre países que incluem temas comerciais, de investimentos, de compras públicas e de propriedade intelectual, que servem para regulamentar o intercâmbio comercial e de investimento entre os assinantes.